

DIPLOMACIA E POLÍTICA EXTERNA EM MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE CASO DO GOVERNO JOAQUIM CHISSANO (1987-2005)¹

Hercínia Chena Azarias Wasse²

RESUMO

O presente trabalho analisa a diplomacia e política externa de Moçambique durante a Governação de Joaquim Chissano (1987-2005). Utilizamos procedimento metodológico de carácter qualitativo, tratando-se de estudo de caso e análise documental de fonte primária e secundária. As discussões entre a teoria realista, pós-colonialista e a teoria de dependência viabilizam a compreensão da política externa moçambicana. No ambiente doméstico a diplomacia moçambicana foi influenciada pelo modelo democrático ocidental com intuito de ascender economicamente na região. Entre anos de 1987 a 2005, a diplomacia e política externa de Moçambique inicia com megaprojetos de reestruturação económica, em que avaliamos como política desequilibrada devido a ineficácia da sua execução. Pois isto, concluímos que a política externa de Joaquim Chissano se caracteriza pelo abandono do modelo socialista e pela abertura de Moçambique à economia de livre mercado.

Palavra-chave: Chissano, Joaquim Alberto, 1939- - Política governamental - Moçambique. Diplomacia. Moçambique - História - 1987-2005. Moçambique - Relações exteriores.

ABSTRACT

This paper analyzes Mozambique's diplomacy and foreign policy during Joaquim Chissano's government (1987-2005). We used a qualitative methodological procedure, consisting of a case study and documentary analysis of primary and secondary sources. The discussions between realist theory, post-colonialism and dependency theory make it possible to understand Mozambican foreign policy. In the domestic environment, Mozambican diplomacy was influenced by the Western democratic model in order to ascend economically in the region. Between 1987 and 2005, Mozambique's diplomacy and foreign policy began with megaprojects of economic restructuring, which we evaluated as an unbalanced policy due to the inefficiency of its execution. Therefore, we conclude that the foreign policy of Joaquim Chissano is characterized by the abandonment of the socialist model and the opening of Mozambique to a free market economy.

Keywords: Chissano, Joaquim Alberto, 1939- - Government policy - Mozambique. Diplomacy. Mozambique - Foreign affairs. Mozambique - History - 1987-2005.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa.

² Graduanda em Relações Internacionais e Bacharel em Humanidades pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Os Estados possuem representantes no sistema internacional conhecidos como presidentes, principalmente no regime democrático, no qual os cidadãos têm direito de escolher no cenário doméstico, candidatos para governar o país e representar a nação no cenário exterior nas negociações de seus interesses. Nesse contexto, apresenta-se o antigo chefe do Estado moçambicano, Joaquim Chissano. O presidente em questão, é considerado um dos maiores estadistas africanos, tendo ganho em 2005, o prémio Mo-Hibrahim de Boa Governança, uma das maiores honrarias no continente africano, no valor de um milhão de dólares. Por outro lado, Chissano é tido como um hábil negociador e diplomata caracterizado pelo equilíbrio e conciliação. Sua governação é considerada a mais estável dos 45 anos de Moçambique, enquanto país independente. Joaquim Chissano foi o segundo presidente de Moçambique, sucedendo de forma direta ao seu antecessor, presidente Samora Machel, falecido em um acidente aéreo em outubro de 1986. Chissano chega à presidência de Moçambique, já com certa experiência política, tendo ocupado cargos relevantes no partido Frelimo e no governo de Samora Machel. No entanto, buscamos responder a seguinte pergunta: quais são as características da diplomacia e/ou política externa moçambicana durante governo de Joaquim Chissano? Inicialmente, partimos da hipótese de que a política externa do Governo Chissano se caracterizaram pela ruptura com o modelo socialista do Governo Samora Machel.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo analisar as características da diplomacia e política externa de Moçambique durante a governação de Joaquim Chissano no período de 1987 a 2005, especificamente, objetiva alcançar três momentos. (i) Debate e caracterização da política externa de Chissano. (ii) Compreender o ambiente doméstico e suas influências sobre a diplomacia do país. (iii) Avaliar a atuação da diplomacia e política externa moçambicana frente a conjuntura internacional ao longo do tempo mencionado acima. (iii).

Para alcançar as finalidades desse estudo, utilizamos procedimento metodológico de caráter qualitativo, no qual fizemos a revisão bibliográfica a partir de dados coletados nos artigos científicos, livros e teses referentes a Moçambique e sua política externa, assim como levantamento de dados nos documentos oficiais do Estado em questão. Por outro lado, trata-se de um estudo de caso com base na análise descritiva. Ademais, movimentamos a teoria da Dependência, a partir da perspectiva da Economia-Mundo de Immanuel Wallerstein.

Relativamente à estrutura do trabalho, contruímos cinco sessões. Na primeira sessão, delineamos contexto histórico e geográfico de Moçambique, para obter melhor compreensão

de espaço em análise. Sendo assim, como subsessão abordamos a compreensão de guerra de libertação de Moçambique. Na segunda sessão, política externa durante o governo Joaquim Chissano e debate e caracterização da política externa de Chissano. Na terceira sessão, desenvolve uma discussão teórica dos autores relacionado a temática da pesquisa. Na quarta sessão, trata-se da transição na política externa de moçambique no período pós-guerra- fria, abordando ambiente doméstico e suas influências sobre política externa em Moçambique. Na quinta e última sessão, se refere a atuação da diplomacia e política externa moçambicana frente a conjuntura internacional entre 1987-2005. Finalmente, apresenta considerações finais.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MOÇAMBIQUE

Moçambique é um país do continente africano, localizado na costa oriental, a sul do Equador, na região da África Austral. O país faz fronteira com seis países, a saber: ao Norte faz limite com a Tanzânia, a oeste com Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, ao sul faz fronteira com a África do Sul e a Suazilândia; é banhado pelo Oceano Índico. Quanto à sua localização cósmica, Moçambique encontra-se entre os paralelos 10° e 27° e 26° e 52 de latitude sul, e entre os meridianos 30° 12' e 42° 51' de longitude Este. O país está dividido em 11 províncias: ao Norte, Niassa, Cabo Delgado e Nampula, ao Centro, Zambézia, Tete, Manica e Sofala, ao Sul, Inhambane, Gaza, Maputo e Maputo Cidade. O território moçambicano, como toda a região Austral do Continente Africano, não apresenta grande variedade de paisagem. Na figura a baixo podemos observar as divisões das províncias mencionadas (JANUÁRIO, 2019).

Figura 1 - Províncias de Moçambique e suas capitais



Fonte: Blog de Geografia.

O ponto de vista geopolítico, Moçambique possui uma ótima localização geográfica por ser banhado pelo Oceano Índico, com uma costa extensa, constituindo um porto natural de entrada na África Austral. Possui três portos estratégicos; de Maputo, da Beira e de Nacala, acoplados a linhas férreas - constituindo corredores de desenvolvimento - da costa em direção ao interior, para trânsito e escoamento de mercadorias para os países do Hinterland, África do Sul, Suazilândia, Zimbabwe e Malawi. Entretanto, está cercado de países de língua inglesa e no passado vivenciou situações de hostilidades por países de seus vizinhos como África do Sul, Rodésia do Sul e Malawi, no contexto da Guerra-Fria (LANGA & SACAVINDA, 2019). Desde o período colonial que Malawi cobiça uma saída para o mar em território moçambicano, visto ser um país do interior e território acidentado. Por outro lado, a Suazilândia também reclama que a capital Maputo faria parte do seu reino, reivindicando dessa forma, uma saída para o mar.

Moçambique tem uma população predominantemente rural, com uma percentagem de 23% dos seus habitantes em áreas urbanas. Maputo, a cidade da Beira, no centro do país, têm

os mais elevados índices de concentração de população urbana, representando o imenso mosaico cultural que é Moçambique. A língua oficial é o português, embora declarado como língua materna de apenas 5% (NGUNGA & BAVO, 2011). Das diversas línguas de origem bantu faladas no país, as que cobrem um índice mais elevado de populações, enquanto língua materna são: Emakua (1/3 da população); Xisena, (1/4 da população); Xitsonga (1/5 da população) e Xitswa (1/8 da população). Portanto, é importante descartar a formação do Estado Moçambicano no contexto político (PAULA & DUARTE, 2016).

2.1 COMPREENSÃO DE GUERRA DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Conforme Zeca (2015) depois de uma guerra de libertação que durou cerca de 10 anos, Moçambique tornou-se independente em 25 de junho de 1975, o fruto da Luta Armada, desencadeada pelas Forças da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) contra o Exército português, a independência política de Moçambique foi negociada entre a FRELIMO e o Governo português no acordo de Lusaka a 7 de setembro de 1974. O surgimento da luta de libertação nacional em Moçambique deveu-se ao surgimento dos primeiros sinais de domínio anticolonial, que se caracterizou pela implementação do regime capitalista pelos colonialistas europeus, o que levou a que se apercebesse da tremenda resistência demonstrada na guerra de resistência. Porém, os esforços de reconstrução nacional e melhoria do nível de vida da população moçambicana nos primeiros anos de Independência não se consolidaram, a guerra civil de desestabilização movida pela RENAMO que durou cerca de 16 anos, a opção político económica da FRELIMO pela via de desenvolvimento socialista, optando pela ideologia marxista-leninista em um regime de partido único, os erros nas políticas adotadas. Por essa e outras razões, colapsaram. Os anos que se seguiram à Independência foram marcados por um colapso da economia e uma deterioração crescente da estabilidade político-militar e social. Só em 1992 as forças políticas, nacionais e internacionais, chegaram a um acordo com vista ao fim do conflito armado e à estabilização política de Moçambique. Entre outros aspectos, a busca da paz e democratização conduziram à assinatura do acordo de Roma a 15 de outubro de 1992, entre a FRELIMO e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana).

Na perspectiva de Paredes (2014) o presidente da I República em Moçambique, Samora Machel, juntamente com a elite da FRELIMO (partido único), foi o responsável pela reestruturação do projeto nacional, ou seja, nesse momento sua governança iniciou um projeto de reestruturação identidade quebrar completamente a lógica do passado marcado pelo colonialismo português e a exploração económica burguesa, racismo e assimilação da cultura

européia. Na mesma sequência nos interessa abordar na segunda sessão a política de Joaquim Chissano, principalmente na ótica externa.

3 POLÍTICA EXTERNA DURANTE O GOVERNO JOAQUIM CHISSANO

Uma das formas de se construir um problema de pesquisa é com base na noção do que existe sobre um dado assunto e a forma como é abordado. Assim, na presente etapa apresentamos em primeiro lugar as reflexões existentes em torno da Política Externa para depois definirmos a Problemática do Estudo. Como nesta sessão propomo-nos a apresentar a revisão bibliográfica que servirá de base para a apreensão da complexidade da Política Externa, segundo Figueira (2011) a política Externa é constituída por conjuntos de iniciativas que emanam do ator estatal, tendo em vista mobilizar para serviço o máximo de fatores disponíveis tanto no ambiente interno como externo. Na Revisão procedemos a leitura de obras sobre a Política Externa.

De modo geral sobre política externa, pode ser definida como uma série de objetivos políticos que um determinado país pretende alcançar nas suas relações com outros países do mundo, ou seja, a política externa visa em proteger os interesses nacionais de um país especialmente na perspectiva econômica, segurança, prosperidade e acima de tudo, de garantir o bem-estar de um determinado povo. A mesma literatura analisa a questão da Política externa de Moçambique a partir de duas Principais linhas de abordagens, a primeira defendida por Zeca (2015) onde olha para questões de políticas externas como sendo políticas relacionadas com o desenvolvimento de uma nação e a outra, defendida por Figueira (2011) onde analisa a questão da Política externa como sendo algo ou políticas produzidas fora do contexto nacional.

Por outro lado, Massangaie (2017) aponta que a Política Externa de Moçambique foi definida pela primeira vez em 1977, durante o III Congresso da FRELIMO. Nesse período, sob liderança de Samora Machel, Moçambique tornou-se um país de orientação marxista-leninista e a política externa caracterizava-se pelo não-alinhamento e “fazer mais amigos e menos inimigos”. Contudo, com a morte de Machel e a ascensão de Joaquim Chissano à presidência de Moçambique, há uma virada na Política Externa moçambicana e uma maior aproximação ao mundo capitalista Ocidental. A partir de 1987, Moçambique começa a implementar os planos de reajustamento estrutural definidos pelo FMI e Banco Mundial,

transformando a sua economia socialista em economia de livre-mercado, abrindo-a à entrada de produtos estrangeiros, privatizando as empresas estatais.

Durante o Governo Chissano, Moçambique abandonou os seus parceiros tradicionais de cooperação socialista como a República Democrática Alemã (RDA), a União Soviética e outros países do Bloco Socialista, passando a cooperar com o mundo ocidental capitalista, particularmente a Europa Ocidental e os EUA. Com Chissano no poder, Moçambique passa a ser considerado “menino bonito do FMI” pois, segue à risca as políticas de ajustamento estrutural ditadas pelas instituições de Bretton Woods.

Ao mesmo tempo, há uma mudança de Política Externa entre o Governo Chissano e seu antecessor Samora Machel. Durante a Governação Samora Machel (1975-1986), a Política Externa de Moçambique foi caracterizada por um ativismo, nacional, regional e internacional, no qual, Moçambique foi país fundador de instituições como os Estados da Linha da Frente e a SADCC (LANGA, 2021). A política externa moçambicana era bastante proativa e internacionalista, com Samora Machel e Moçambique a contribuírem na luta contra a colonização e apartheid, ajudando os movimentos nacionalistas de países vizinhos como o ANC da África do Sul e a ZANU-PF do Zimbabwe.

Para Januário (2019) a política externa moçambicana tem se fortificado depois da independência, onde vários assuntos melhoraram, ou seja, desta feita, Moçambique expressou simpatia pela luta de libertação do povo do Zimbabwe contra o regime da minoria de Ian Smith e fechou as suas fronteiras na década de 1980. No processo de esforços para promover o desenvolvimento da África Austral, através de esforços e compromissos, a Organização da Unidade Africana (OUA) também forneceu apoio ao regime de apartheid antirracista da África do Sul.

Conforme a ponta Brito (2019), a nível da diplomacia, o Governo Chissano é caracterizado por uma maior abertura diplomática. É nesse período que iniciam as conversações com a Renamo para o fim da guerra em Moçambique. Entretanto, para a sociedade moçambicana, a diplomacia e política externa moçambicanas durante a governação Chissano podem ser vistas como decepcionantes por conta das privatizações de empresas e setores da economia e indústria, desemprego em massa, fechamento de empresas públicas e enriquecimento da elite política ligada ao partido FRELIMO. Assim, a Política externa durante a Governação de Joaquim Chissano pode ser considerada uma Política externa de transição de um regime socialista para um regime capitalista, sendo caracterizada pela abertura econômica. Neste contexto e período, a política externa de Moçambique caracteriza-

se por uma orientação baseada no auto tolerância, pois esta unidade tem trazido muitas perdas e retaliações ao país. (Zeca,2015, p.42).

A formulação de política externa, a definição de agendas e ações a serem adotadas a nível externo varia de país para país, ou mesmo de governo para governo. Assim, várias questões se colocam neste cenário: que rumos da política externa Moçambique trilhou durante os mandatos de Joaquim Chissano? Houve mudanças na política externa em relação ao seu antecessor? Qual o contexto interno vivenciado no país e a sua influência nos rumos da Política regional e externa de Moçambique? Quais as consequências da política externa do Governo Chissano para a sociedade moçambicana? Com Chissano no poder há uma notável mudança da diplomacia e política externa de Moçambique, particularmente nas relações com países vizinhos como a África do Sul e o Malawi, com os quais Moçambique passa a ter relações de boa-vizinhança, bem como um afastamento em relação aos países do bloco socialista.

Segundo (Zeca, 2015, p.3) o fim do conflito Leste/Oeste nos finais da década de 1980 do Século XX trouxe um novo ambiente no sistema político internacional que contribuiu para a resolução de alguns conflitos internos e regionais em várias partes do mundo, bem como despoletou novos paradigmas na arena internacional, incluindo na África Austral. Portanto, apesar de ter havido essa transição das políticas, importa referir que todas elas foram produzidas no contexto ocidental, sem antes observar a nossa realidade sociopolítica em Moçambique, o que de certa forma baralhou a liderança e a tomada de decisões dos nossos dirigentes. Sendo assim, fica por compreender as características da diplomacia e da política externa de Moçambique durante o Governo de Chissano.

3.1 DEBATE E CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DE CHISSANO

O Governo Joaquim Chissano foi caracterizado pelo abandono do modelo socialista e pela abertura de Moçambique à economia de livre mercado. É no Governo Chissano que se efetiva a cooperação de Moçambique com as Instituições de Bretton Woods (FMI e BM e o país inicia uma série de reformas como o PRÉ e outras políticas de ajustamento estrutural, seguindo a cartilha dessas instituições que consistiram no redimensionamento das grandes empresas, indústrias e fábricas, a privatização de vários setores da economia moçambicana.

A Política Externa do Governo Chissano foi caracterizada pela abertura de Moçambique às políticas do FMI e BM, pela abertura ao comércio internacional com o mundo capitalista Ocidental. Com Chissano efetiva-se uma cooperação com instituições do mundo capitalista,

cujas conversações iniciaram no Governo anterior de Samora Machel. Neste sentido, Sá (2021) comenta que:

A construção da política externa moçambicana deve ser compreendida à luz do próprio processo de formação do Estado pós-colonial moçambicano. A história de sua política externa, no século XX, pode ser dividida em duas fases: um período revolucionário e pós-independência, sob o governo de Samora Moisés Machel; e outro período de maior abertura política, com a inserção de componentes da democracia representativa multipartidária, iniciada com o segundo presidente do país, Alberto Joaquim Chissano. (SÁ, 2021, p.146).

Chissano soube afrouxar as tensões existentes entre Moçambique e o mundo capitalista Ocidental, particularmente, com os EUA. Moçambique passa a receber uma série de técnicos e cooperantes do mundo capitalista ocidental, bem como recebe investimento estrangeiro, em troca da adesão do país à economia de mercado. Entretanto, a política externa de Chissano teve as suas consequências no setor econômico e do trabalho, com as privatizações que levaram milhões de trabalhadores moçambicanos ao desemprego, o fechamento de indústrias e fábricas nacionais importantes, que foram consideradas obsoletas ou ultrapassadas pelo modelo capitalista implementado. Ao abrir sua economia ao mercado internacional e aplicar as diretrizes do FMI e BM, a indústria têxtil, a indústria de caju que ocupava os lugares cimeiros no mundo perdeu a sua concorrência em detrimento das exportações de castanha de caju da Índia e do Brasil., entretanto, Moçambique passa a importar produtos que antes eram produzidos nacionalmente (SÁ, 2021; JOSÉ, 2005; MACAMO, 2003). Ao mesmo tempo em que há uma abertura econômica, há também uma abertura política a partir das pressões internacionais. Iniciam as negociações secretas e encontros entre membros do Governo e integrantes da Renamo dentro do país, mas também em outras capitais africanas como Nairobi, e capitais europeias como Lisboa, Berlim e Londres. Começam uma série de mudanças políticas como a mudança da Constituição em 1990, na qual o país passa de um regime monopartidário para multipartidário, uma abertura para a criação de instituições e organizações da sociedade civil. As negociações com a Renamo culminam no acordo Geral de Paz de Roma, assinado em 4 de outubro de 1992 entre o Governo de Moçambique e a Renamo, representados pelo PR Joaquim Chissano e o líder e Presidente da Renamo Afonso Dhlakama, pondo fim a 16 de guerra civil. No Acordo, há uma clara flexibilização política, no qual, os dois lados beligerantes comprometem-se a criar um exército único composto por metade das tropas do Governo e a outra metade constituída pelos guerrilheiros da Renamo. Moçambique aceita a presença de tropas pacificadoras estrangeiras oriundas de diferentes

países, particularmente, europeus e americanos, para fiscalizar o cumprimento do Acordo de Paz, sob auspício das Nações Unidas, no programa chamado ONUMOZ.

Outra mudança importante na Governação Chissano com a criação da Comissão Nacional de Eleições e o Secretariado Técnico para a Administração das Eleições (STAE) para organizar e fiscalizar os pleitos eleitorais, bem como a realização das primeiras eleições gerais e multipartidárias em 1994, com a participação de mais de 20 partidos políticos e mais de 20 candidatos à Presidência da República e ao Parlamento. Tais eleições foram ganhas pela FRELIMO, mas contestadas pela Renamo que no primeiro momento não reconheceu os resultados eleitorais reclamando da existência da fraude eleitoral. Mas acabou aceitando os resultados após negociações políticas. Portanto, apesar de mudanças políticas significativas, não houve uma mudança democrática de fato. As instituições estatais e órgãos como a CNE e o STAE continuaram partidarizados. De facto, não houve grandes mudanças, num cenário onde instituições e empresas públicas continuaram partidarização com células do Partido FRELIMO. Diante dessa narrativa descritiva, importa dinamizar a discussão fundamentada numa perspectiva teórica.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As teorias tradicionais de Relações Internacionais, principalmente a Realista, tratam o Estado como “ator unitário”, sendo suas principais análises definidas pela natureza anárquica do sistema internacional e pelas ações estatais, como resposta às forças externas, sem analisarem determinantes domésticos nas escolhas governamentais (ALLISON *apud* LIMA, 2013). Outra premissa intrínseca às análises convencionais é a separação ontológica entre os campos interno e externo. As duas ideias são questionadas pela Análise de Política Externa (APE), que procura desvendar o Estado e os impactos de seus elementos internos, os quais se relacionam com os acontecimentos internacionais (LIMA, 2013).

Por outro lado, buscamos compreender a política externa de Moçambique na perspectiva da Teoria da Dependência. Nesse sentido, a partir da vertente do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, destaca-se três dimensões na qual se divide em: (i) o centro, constituído por países desenvolvidos como Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e entre outros potências ocidentais; (ii) a semiperiferia, se remete a países que ainda estão em desenvolvimento a nível económico, político e cultural, assim como o África do Sul, Brasil e México. (iii) a periferia, se refere a países carente de uma política sólida capaz de promover

desenvolvimento económico, tecnológico e etc., vale citar como exemplo, Gana, Guiné-Bissau, Haiti e, não obstante, Moçambique (MARTINS, 2015). País suscetível a instabilidade político-militar, guerras, não-industrializado e muito dependente da ajuda externa internacional.

A princípio, a substância da Política Externa não se diferencia da disciplina mãe, as Relações Internacionais, pois ambas abrangem fenómenos que ultrapassam fronteiras nacionais e que são suscetíveis ao conflito e à cooperação em âmbito internacional. O fator que diferencia a Política Externa é seu foco nas tomadas de decisão em política externa por parte de unidades particulares de governos específicos, considerando seus objetivos, determinantes e ações realizadas (SALOMÓN & PINHEIRO, 2013). A Política Externa ainda inclui, segundo Salomón e Pinheiro (2013, p.42) “todos os aspectos (influências, contextos e práticas sociais, entre outros) que incidem em todas as fases (desde a formação da agenda até a implementação) de uma política externa”.

Nesta mesma linha de raciocínio, Hudson (2005) destaca a importância da teoria de especificar os agentes que formulam a política externa de um país e de estudar o processo decisório dessa formulação, pois os Estados não existem fisicamente; são apenas abstrações. Sendo assim, a PE mostra-se mais interessada em decisões feitas por tomadores de decisão humanos em posição de autoridade, agindo sozinhos ou em grupo, que possam comprometer recursos do Estado (HUDSON, 2007).

Os principais agentes responsáveis por esse processo de tomada de decisão, considerados por Hudson (2007), são o líder, a burocracia e grupos sociais como, por exemplo, os sindicatos, partidos políticos, empresas, opinião pública, entre outros. Quanto mais coeso um deles for, mais poderoso e influente ele pode se tornar no tabuleiro doméstico e na formulação da política externa, facilitando todo o processo até a implementação de uma ação específica (HUDSON, 2007).

Hudson (2005) ainda afirma que, além dessa coesão interna, é necessário que os agentes possuam energia, poder e convicção para mudarem o rumo e redirecionarem as políticas. Ademais, trocas de governo e de partido e alterações na burocracia também podem ocasionar mudanças nas ideologias internas e redirecionar a política externa dos Estados, como foi o caso brasileiro quando trocou de regime militar para regime democrático no período pós-Guerra Fria. A estruturação doméstica mostra-se relevante por promover a governabilidade e por desencadear mudanças na política externa dos Estados. Dependendo do tipo de governo e da conjuntura interna, um processo que tem ocorrido na formulação de política externa pode ser desencadeado.

Do ponto de vista pós-colonial, Ashcrof (1991) aponta novo modelo para se pensar no desenvolvimento de alguns países que tornaram independentes, nesse sentido, se faz referência ao novo processo de formação de Estado, política, classe, militares, economia e dentre outros. Neto (2017) complementa como:

conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que tem em comum darem primazia teórica e política as relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo (NETO, 2017).

Desse modo, a teoria pós-colonial busca contruir estrutura de poder e de conhecimento mais adequado para país das margens ocidentais ou das periferias. Por essa razão país como Moçambique busca alavancar a sua política externa com base no modelo ocidental para alcançar o desenvolvimento. Os teóricos realistas, a boa política externa é aquela que está de acordo com os verdadeiros interesses nacionais e, é conhecida apenas pelos verdadeiros estadistas, a PE mostra que a internacionalização e a expansão das agendas comercial, social e ambiental têm promovido a politização da política externa, a qual engloba um maior envolvimento por parte da sociedade nacional em sua formulação, trazendo novos agentes para o processo decisório (LIMA, 2000). Salomón e Pinheiro (2013) destacam um relevante aspectos resultante desse processo, que é a aproximação da política externa com as demais políticas públicas. Segundo as autoras,

A política externa, com efeito, é uma política pública, embora com uma especificidade que a diferencia do resto das políticas públicas: o fato de ser implementada fora das fronteiras estatais, o que pode levar a uma distância considerável entre objetivos e resultados (2013, p. 41).

Essa distância entre os objetivos e os resultados desejados, em um sistema democrático, por exemplo, pode gerar uma falta de eficiência na garantia de compromissos internacionais. Tal ineficiência, de acordo com Lima (2000), se expressa, principalmente, na demora da tomada de decisão de temas que exigem agilidade e resposta imediata. Outra característica institucional da democracia é o “dilema do governante”, isto é, para um governo manter-se no poder e, possivelmente, reeleger-se, ele precisa atender aos interesses de seus eleitores. Sendo assim, além de se preocuparem com sua sobrevivência no poder a curto prazo, os atores estatais devem, ao mesmo tempo, atender aos interesses coletivos de longo prazo da sociedade nacional (LIMA, 2000). Ademais, Hudson (2007) aponta que, se os principais tomadores de decisão se encontram divididos, menos propensos eles são capazes de cooperar

internacionalmente. Todavia, esses fatores não são os únicos que influenciam a formulação política externa dos países. O maior grau de transparência e a maior participação de atores não estatais e da sociedade civil são aspectos da democracia que auxiliam o processo de politização da política externa, assim como o interesse do governo em vigência e da natureza do tema inserido. De qualquer forma, as prioridades e interesses nacionais podem se alterar ao longo do tempo e, também, atores não estatais da sociedade civil podem ser mais influentes em determinados períodos ou processos (MILANI, 2012). Entretanto, raramente um único ator ou apenas os fatores internos provocaram um resultado político. A quantidade de fatores influenciadores na formulação de política externa é demasiada e, por conta disso, Hudson (2007) aponta outras três relevantes características da APE. Além de ser orientada para o agente e para a tomada de decisão, a APE é multi/interdisciplinar, multifatorial e multinível. A teoria integra diversas disciplinas do conhecimento humano para alcançar uma variedade de informações por meio de níveis de análise diversos.

Hudson (2005) também aponta que, a respeito de um evento ocorrido, é possível coletar dados sobre os contextos e os diversos fatores explicativos possíveis e determinar os padrões que essas variáveis independentes podem ser relacionadas com o comportamento de política externa, analisando as variações das dimensões de comportamento no evento. Assim, o líder, a burocracia e os grupos sociais de um Estado não são os únicos que impactam no processo de tomada de decisão de política externa. Fatores internacionais, como aqueles denominados “choques externos”, também se destacam. Eles são resultantes de eventos internacionais dramáticos, como guerras, pressões internacionais e crises, e podem gerar desde pequenas mudanças de ajuste de política externa, até mudanças de orientação internacional (LIMA, 2013).

Com as teorias abordadas, pode-se compreender que o Estado acaba abrindo portas para aquilo que os dirigentes acham que seja eficaz para uma governação, nesse caso a política externa que pode ser compreendida como um modelo de Governação que acaba por ser adotado para o país estar em concordância com os demais países da região.

7 TRANSIÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE NO PERÍODO PÓS-GUERRA- FRIA

De modo a compreender a diplomacia e Política Externa de Moçambique durante a Governação do Presidente Joaquim Chissano, partimos da hipótese de que a diplomacia e

Política Externa do Governo Joaquim Chissano caracterizaram-se pela ruptura com o modelo socialista do Governo Samora Machel. Ao nível interno uma das grandes manifestações do seu espírito de tolerância e de abertura ao diálogo foram as negociações com a Renamo para o fim da guerra civil em Moçambique.

Ao nível regional, Moçambique estabeleceu relações de boas vizinhanças com a África do Sul e Malawi entre 2010 e 2011, antes tidos como países inimigos, mas revelou-se menos proativa, tendo encolhido, confirmando a hegemonia sul-africana na África Austral (LIESEGANG & MATE, 2011). Ao nível internacional verificou-se uma abertura do país à economia de livre-mercado, com novos parceiros comerciais e adoção de políticas de ajustamento estrutural do FMI e Banco Mundial (MACAMO, 2003). Entretanto, o Acordo Geral da Paz, assinado a 4 de outubro de 1992, levou o povo, carinhosamente, a tratar-se por “Obreiro da Paz”.

No ambiente doméstico, política externa em Moçambique adquiriu novos formatos, em sua essência têm como proposta implementar no sector público uma administração mais próxima daquelas utilizadas pelas empresas privadas, que adotam o gerenciamento por programas, a horizontalização decisória, além de visar estabelecer uma proximidade maior da estrutura com o cliente, orientando suas ações não mais para processo e contemplar as demandas dos cidadãos.

No discurso da horizontalização em detrimento da verticalização, a ênfase nos resultados em detrimento dos processos, a proximidade com o cidadão em detrimento do insulamento institucional, a transparência nas ações públicas, a redução do aparato administrativo do Estado e as parcerias público-privadas são algumas das características fundamentais do modelo de administração gerencial que procura superar os ditames que orientaram as ações dos servidores públicos e do próprio aparato organizacional e funcional do Estado Moderno até pelo menos finais do século XX, quando novas propostas emergem em resposta ao cenário mundial em transformação.

O contextos diplomáticos e campos de atuação são, portanto, o quadro de referência externo em torno do qual pretendo encaminhar a minha exposição, começando pela análise da posição de Moçambique, que que muitas das vezes se coloca na posição de ser ajudado politicamente pelos países desenvolvidos. Um dos problemas básicos da política exterior de Moçambique e da África Subsaariana é o de buscar compatibilizar os interesses nacionais e regionais nos campos estratégicos, económico e de valores com o poderio ocidental, pois este, ao contribuir para de unir o contexto das grandes potências, afeta o contexto da África subsaariana de maneira decisiva. Por esta razão, um passo prévio para o entendimento da

problemática passa pela análise do poderio Ocidental atual. Sabemos que os Países Ocidentais e os Estados Unidos em particular, emergiram da Segunda Guerra como uma potência hegemónica no sistema internacional, tanto no campo económico, quanto no campo militar.

Após a independência de Moçambique, houve por parte da Frelimo, uma política de nacionalização da economia (LANGA, 20021). Diversos sectores ficaram sobre jurisdição do Estado e as nacionalizações atingiram mesmo pequenos negócios nas zonas rurais e nas cidades, à medida que a crise económica do país nos anos subsequentes á independência foi alastrando, o sector privado começou gradualmente a procurar aumentar a sua influência, principalmente por meios informais e foi ganhando o seu espaço até hoje que já está totalmente implantado. De acordo com Milner (1996), após um período inicial de imposição e de repressão ideológica e económica, os sectores não planificados reajustaram-se e encontraram múltiplas formas de sobrevivência que evoluíram na medida e na velocidade em que a crise da economia planificada se aprofundava. A ineficácia e ineficiência do sector estatal e sobretudo a incapacidade de “ocupar” toda a economia permitiram que os sectores não planificados resistissem e tivessem tido áreas de mercado não controladas ou ineficazmente “ocupados”, mantendo os mecanismos de reprodução e os padrões de acumulação em funcionamento de baixa intensidade. Com o agravamento da crise e a guerra, a acumulação privada retomou o dinamismo próprio e o período das reformas facilitaram a expansão enquanto o sector estatal e a direção macroeconómica não tiveram flexibilidade de ajustamento.

Segundo Cortez (2018), as reformas económicas introduzidas pelo programa de reajustamento económico abriram espaço para privatização de parte considerável do portfólio das empresas do Estado. Contudo, apesar do crescimento considerável do sector privado, a maior parte deste continua a desenvolver as suas atividades no sector informal. Apesar destas reformas, o sector privado em Moçambique caracteriza-se pela existência de um Estado que exerce uma enorme influência como regulador, legislador e ainda como empresário em virtude de ainda controlar sectores nevrálgicos da economia através das empresas públicas que detêm monopólios setoriais.

Segundo os dados do produto interno bruto (PIB) de Moçambique no ano de 2012, a agricultura é atividade principal, com uma quota de cerca de 23,4%, seguida dos transportes e comunicações com 12,3%, da indústria 12%, do comércio 11,1%, do imobiliário 5.8%, e dos serviços financeiros 5.6% (MOÇAMBIQUE, 2019). A maior parte das empresas nacionais encontram-se descapitalizadas, possuem muito pouca expertise nos seus sectores de atividade, profissionais pouco qualificados e ligações fracas com empresas multinacionais. A crescente

importância dos megaprojetos das multinacionais que investem no sector extrativo, desde o final da década de 1990, contribuem para levantar preocupações sobre a necessidade de intensificar os vínculos com as empresas locais.

Desde a chegada a Moçambique do primeiro grande megaprojeto, ligado à produção de alumínio na última década, envolvendo a empresa de alumínio MOZAL (Moçambique Alumínio), foram conduzidas algumas iniciativas no sentido de criar ligações entre os megaprojetos e as pequenas e médias empresas nacionais. A descoberta massiva de recursos naturais, nos últimos anos, também tem contribuído para outras iniciativas de ligação, com foco especial no sector de mineração. As discussões sobre o conteúdo local no sector extrativo, alimentado pelo crescente investimento nesta área em Moçambique, têm potencial para alterar as relações entre as empresas multinacionais e empresas nacionais, que até agora têm sido de fornecimento de produtos e serviços com as condicionalidades inerentes às fraquezas acima mencionadas.

As dificuldades enfrentadas pelo governo moçambicano para organizar o Estado e criar condições que possibilitaram o desenvolvimento foi concentrar todo o esforço da construção nacional na agricultura, atividade da qual vivia grande parcela da população, segundo o censo populacional. Embora o Governo moçambicano tivesse algumas áreas destinadas à produção agrícola, as terras próprias para cultivo eram escassas, o que tornava a questão alimentar mais um problema a ser enfrentado pelo país. A estrutura organizacional desenhada no quinto congresso em 1989 pelo Estado Moçambicano, a disciplina dos dirigentes e quadros e o modelo socialista que pretende edificar alicerçado num corpo doutrinário próprio, conferiram à FRELIMO um dinamismo que atrairia a atenção de toda a África e sobretudo dos países que fazem fronteira com Moçambique (LANGA, 2021). Nesse sentido, a posição de Moçambique torna-se uma vantagem estratégica, uma vez que tornava os países do interior dependentes dos seus meios de transporte; por outro lado, condicionava Moçambique à uma dependência desses países, na medida em que o desenvolvimento económico estava intrinsecamente ligado ao arranjo das fronteiras na África Austral. De acordo com Newitt (1995) a posição geoestratégica de Moçambique na região da África Austral oferecia-lhes vantagens importantes, nomeadamente como porta de acesso ao mar para os países vizinhos, desde a zona do Transval na África do Sul e para as ex-colônias inglesas da Rodésia do Norte e do Sul e a Niassalândia. Isso possibilitou a construção dos complexos ferro-portuários de Maputo e Beira (e mais tarde Nacala), o que possibilitou a passagem de mercadorias dos países vizinhos do interior. De acordo com a autora, o sistema ferro-portuário contribui de forma importante para a obtenção de receitas de divisas, representando os países vizinhos mais de 75% dos

movimentos dos portos e quase 90% das receitas. Para Newitt (1995), a economia moçambicana caracterizava-se por ser essencialmente prestadora de serviços, fortemente dependente das relações econômicas com os países vizinhos, em que o Estado era um agente econômico determinante, não só como regulador, mas também como impulsionador dos grandes projetos de infraestrutura. Nesse sentido, para que o projeto desenvolvimentista de Moçambique fosse levado a cabo, era essencial que as relações (econômicas) com os países limítrofes se assentassem no entendimento.

As pressões políticas no campo interno e externo e a necessidade de receber ajuda alimentar para superar a crise econômica e as consequências da guerra e dos desastres naturais (em especial a seca que assolou o país) levaram a FRELIMO a redefinir a sua política externa: a) em 1982, o governo começou a cortejar os Estados Unidos e a voltar-se para o Ocidente; b) em 1984, assinou o Acordo de Nkomati com a África do Sul, em uma tentativa de cortar os apoios deste à RENAMO; com esse acordo, criaram-se alguns espaços para negociações sobre a mão de obra moçambicana e sobretudo o fornecimento de energia elétrica de Cahora-Bassa para a África do Sul.

As Relações Internacionais de Moçambique devem ser consideradas observando-se um componente: as conexões regionais. O contexto similar de luta pela independência dos demais países do entorno, assim como o engajamento em tal processo (e na luta contra o apartheid) moldou os interesses dos líderes da África Austral. Há que se considerar, nesses anos, a formação de uma diplomacia regional africana, que tinha suas raízes no período das lutas de libertação. Assim, as relações entre Moçambique e Mesmo antes da independência de Portugal, a FRELIMO mantinha estreita relação política com a Tanzânia justamente porque a FRELIMO sempre fora sediada naquele país, o que explica a aproximação e o entendimento político-diplomático entre os presidentes Samora Machel e Julius Nyerere. Assim é que em 1978, os dois países criaram uma Comissão Mista de Cooperação Moçambique- Tanzânia, na qual iria funcionar o Centro de Relações Internacionais sediado na Tanzânia e que tinha por objetivo formar os quadros para os ministérios dos negócios estrangeiros de ambos os países. O apoio dado por Moçambique aos movimentos de libertação na região provocou boicote e represálias de países vizinhos, como da Rodésia (atual Zimbábue) e da África do Sul (SANTOS, 2014).

8 ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA E POLÍTICA EXTERNA MOÇAMBICANA FRENTE A CONJUNTURA INTERNACIONAL ENTRE 1987-2005

O antigo presidente, Joaquim Chissano revela que a linha prioritária de ação naquele primeiro momento se fundamentava na solidariedade que, por sua vez, seria capaz de transformar as estruturas socioeconómicas e promover o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. Em telegrama enviado ao Itamaraty juntamente com a cópia do discurso proferido por Chissano, o diplomata Sérgio Correa da Costa, tendo participado da Assembleia das Nações Unidas relata a fala de Joaquim Chissano (BRASIL, 2004; CAMPOS, 2015). Do ponto de vista histórico, não constitui novidade o carácter extrativo do padrão de acumulação em Moçambique, mas é verdade que, desde os finais dos anos 90, vem sendo muito exacerbado o grau de concentração em atividades de extração e o carácter central e estruturante da economia extrativa para o desenvolvimento económico do país.

A chegada dos chamados “mega-projectos” entre 2001 a 2005, criou desequilíbrios e níveis de concentração de produção e comércio exterior sem precedentes, sobretudo com os investimentos no sector do alumínio (Mozal), gás natural, hidrocarbonetos e carvão (MOSCA & SELEMANE, 2012). Mega Projetos são atividades específicas de investimento e produção, onde grandes projetos são quase a área de intervenção exclusiva das grandes empresas. Devido ao altíssimo custo, qualificação e especialização exigidos pelas empresas multinacionais, o tamanho, as condições competitivas e a especialização dos mercados fornecedores e consumidores, é muitas vezes dominado por oligopólios e monopólios. Essas empresas constroem alto Nível de integração vertical ao longo da cadeia produtiva, diversificação horizontal em campos atividades relacionadas, exercendo controle sobre os mercados em que atua ou coopera.

Segundo Castel-Branco (2008), as principais ligações económicas desenvolvidas a partir de grandes projetos de mineração e Energia são: produção, tecnologia, emprego, investimento/poupança e tributação, desta forma, projetos comunitários para grandes projetos podem desempenhar um papel de mão dupla ajudando a comunidade, mas colocando uma pressão insustentável na sociedade.

Por outro lado, Brito (2009) aponta que em Moçambique “mais do que um paradoxo, a consolidação e expansão da dependência externa fazem parte das vias de crescimento e investimento da economia”, pois o governo moçambicano pode oferecer vantagens e incentivos exagerados a grandes empresas multinacionais do sector extrativo, sem a devida tributação, com grande impacto no crescimento económico e efeito mínimo no emprego e na

redução da pobreza, ao mesmo tempo que recebe ajuda externa suficiente para suportar despesas sociais e prover serviços públicos (educação, saúde, etc.) que lhe outorgam certa legitimidade política e social.

O comércio externo, cujo desempenho melhorou na última década, especialmente após o engajamento da mulher e surgimento das exportações de alumínio e minerais, apresenta importantes níveis de concentração por produto e destino. Assim, o alumínio tem realmente representado cerca de 50% das exportações do país desde o início do ano 2000 até agora. Apenas sete produtos, todos eles produtos primários, com pouco ou nenhum processamento, ou seja, com pouco encadeamento setorial (BRITO, 2009, p.25).

O Plano de Alívio e Redução de Pobreza (PARP) 2011-14, por exemplo, apresenta projeções de crescimento muito otimistas por envolvimento de mulheres, à volta de 8% anuais, equilibradas por sectores e sem considerar explicitamente os efeitos do contexto global de crise, assumindo que este crescimento estará diretamente relacionado com o envolvimento do género feminino nos programas de desenvolvimento que por além de estar na posição de consumidora, pode fazer algo de extrema importância e contribuir para o desenvolvimento do País.

O único sector produtivo que merece atenção no Plano de Alívio e Redução de Pobreza (PARP) é o da agricultura e pescas, que curiosamente não é o sector mais dinâmico da economia do país, mas que segundo o PARP é o que tem maior potencial para reduzir a pobreza, pelo simples facto de que um grande número de ‘pobres’ vive direta ou indiretamente da agricultura e a maior parte das mulheres sem nenhuma ocupação formal, exercem a agricultura familiar em pequena escala. Não há sequer referência ao sector industrial nem à extração de recursos minerais, o que revela a miopia dos documentos sobre políticas de redução da pobreza e a forma superficial como analisam o processo de crescimento económico e acumulação, ou simplesmente o desfasamento entre a retórica dos documentos o sociais de política e a realidade económica e política do país.

De facto, é difícil entender a política económica do país com base numa simples leitura do seu documento de estratégia de desenvolvimento, supostamente mais importante. Provavelmente a omissão não seja casual. Sem dúvida que o atual padrão de crescimento económico e acumulação, bem como os sistemas de redistribuição das receitas (se é que existem) não conduzem à aceleração da redução da pobreza sustentável. De acordo com Milner (1996) o primeiro ministro de relações exteriores de Moçambique (com “um discurso inflamado e abordando com a mesma ótica, a mesma ênfase e o mesmo colorido radical de alguns países africanos, todos os temas de interesse da política dita “não alinhada””) afirmou

que a criação da FRELIMO decorria do fato de Portugal manter-se atado a interesses monopolísticos e recusar-se a dialogar para a evolução do país, qualificando a repressão portuguesa como “guerra imperialista”, agradeceu o apoio irrestrito da Tanzânia.

Entretanto, no final da década de 1980, com o ocaso do socialismo, Moçambique e os demais países africanos que adotaram o socialismo como modelo económico viram suas economias enfraquecerem vertiginosamente, observando-se o estrangulamento da economia e o isolamento do Ocidente por sua retórica revolucionária e comunista. Assim, pelas dificuldades impostas pelo subdesenvolvimento, restava-lhes o recurso de acordos económicos e de cooperação com os países da esfera soviética (JOSÉ, 2005). Paralelamente, os Estados africanos sofriam os devastadores efeitos da crise e da reestruturação da economia capitalista mundial iniciados na década de 70, fenómenos que se aprofundaram nos anos 80 com a globalização financeira e a Revolução Científico-Tecnológica, com a deterioração do preço dos produtos primários; o declínio das exportações causado pela recessão económica mundial; e a crise da dívida externa tendo como causa o aumento das taxas de juros.

Moçambique, na sua gênese, baseia-se no internacionalismo e na solidariedade de luta com os povos oprimidos. Assim, o Estado moçambicano reforçava os laços de união e solidariedade construídos no período da luta armada e desenvolvia relações de fraternidade militante com os demais regimes com vistas a influenciar (reforçar) a revolução moçambicana e contribuir para a revolução mundial. Há outros princípios norteadores da atuação da diplomacia moçambicana: o Estado defendia os princípios de independência e soberania nacionais, igualdade de Estados, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios nas relações mútuas. Depreende-se dessas linhas norteadoras que a política externa de Moçambique nasce ancorada nos princípios do direito internacional bem como no compromisso de combater, a todo o custo, o imperialismo e todas as formas de submissão. O componente ideológico dá sentido e direção à política externa, na medida em que orienta a linha de ação a ser seguida. Assim, no plano externo, o governo segue a linha política defendida pela FRELIMO de desenvolvimento de relações com todos os povos do mundo e de reforço da solidariedade anti-imperialista. Os dados de crescimento económico para o período 2000-2007 dão uma imagem muito positiva a um importante conjunto de economias da região, que levou muitos analistas a usar cada vez mais frequentemente o termo “emergente” em relação a África.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, buscamos compreender a política externa de Moçambique durante o Governo de Joaquim Chissano, de igual modo, entender as suas influências no cenário doméstico. Não obstante, avaliamos atuação da diplomacia e política externa moçambicana no cenário internacional nos anos de 1987 a 2005.

Por outro lado, o procedimento metodológico viabilizou análise de matérias relacionado a temática de estudo que permitiu-nos perceber a complexidade existente entre os três níveis de análise, observando forte interação, influência mútua e interconexão. Assim, a Política Externa foi fundamental para compreender a complexidade e as características multiníveis e multifatoriais do sistema internacional.

No contexto externo, diversos choques são gerados nos aspetos abordados, os quais são a cooperação, a interdependência, os regimes internacionais. A preponderância de um acaba promovendo a dos demais, como verifica-se no novo multilateralismo que surgiu no pós-Guerra Fria. A intensificação da cooperação e da interdependência incentivou o aumento da importância dos regimes internacionais e da ajuda externa. As motivações desse processo foram diversas, decorrendo também de fatores domésticos e das políticas externas, porém, percebe-se a emergência de novos temas, sendo o meio ambiente um deles e englobando novos atores nos processos de decisão. No entanto, após a democratização e as fortes pressões internacionais, o país alterou sua postura e seu modo de inserção internacional, tomando uma postura mais cooperativa e dando maior enfoque no multilateralismo e nos novos temas como o meio ambiente, assim como preocupar-se com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Destarte, uma descoberta pôde ser verificada a partir dessa defasagem nas políticas externas econômicas e ambientais e nas inserções internacionais de cada país onde Moçambique é parceiro. O modo em que os países que têm parceria com Moçambique lidam com o tema, na maior parte das vezes, envolve políticas que partem de dentro para fora, enquanto Moçambique modifica suas políticas partindo de fora para dentro. Ou seja, os agentes tomadores de decisão dos parceiros moçambicanos possuem maior capacidade em “externalizar” suas ideias e diretrizes sobre o meio economia, influenciando outros países como Moçambique.

REFERÊNCIAS

ASHCROFT, B.; Griffiths, G.; Tiffin, H. (1991): *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*. London: Routledge.

BLOG DE GEOGRAFIA. *Províncias de Moçambique e suas capitais*. Disponível em: <<https://suburbanodigital.blogspot.com/2018/06/lista-provincias-de-mocambique-e-suas-capitais.html>>. Acesso em: 13 de dez. 2021.

BRASIL. *Discurso do Presidente da República*. Presidência da República Secretaria de Imprensa e Divulgação, 2004.

BRITO *et. Al.* *Desafios para Moçambique, 2010*. Ed. IESE. Maputo, dezembro de 2009.

BRITO, Luís de. *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. Ed. IESE. 2019.

CAMPOS, Luciana Cristina. *Relações Brasil-Moçambique: da desconfiança à cooperação (1975-1985)*. Brasília, 2015.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. *Os Mega Projectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional?* Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva Museu de História Natural (Maputo) 27 e 28 de novembro de 2008.

FIGUEIRA, Ariane, Roder. *Introdução à análise de Política Externa*. Disponível em: <https://escola.mmo.co.mz/cursos-isri/#ixz797Yu6qyQ>. Vol. 2, Ano 2011.

HUDSON, Valerie M. *Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations*. Foreign Policy Analysis, 2005.

_____. *Foreign Policy Analysis. Classic and Contemporary Theory*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

JANUÁRIO, Emílio, Mário. *Estudo da Luta de Libertação Nacional de Moçambique*. Rio de Janeiro, ano 2019.

JOSÉ, André Cristiano. (2005), *Neoliberalismo e crise do trabalho em moçambique: O caso da indústria do caju*. Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC, No 1, 2006. <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>

LANGA, Ercílio N. B.; SACAVINDA, Paula G. *SADC: análise do contexto histórico e político (1970-1992)*. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 15, n. 29, p. 143-164, 2019.

LANGA, Ercílio N. B. *Diplomacia e política externa em Moçambique: o primeiro governo pós-independência – Samora Machel (1975-1986)*. Revista Brasileira de Estudos Africanos | Porto Alegre | v. 6, n. 11, Jan./Jun. 2021 | p. 11-32 11

LIESEGANG, Gerhard e MATE, Filipe. *As relações entre Moçambique e Malawi no contexto da SADC e Avaliação da Navegabilidade do Baixo Chire e do Zambeze entre 2000 e 2011*. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais, CAP-UEM-MPT, pp. 184- 214. 2011.

LIMA, Maria Regina Soares. *Instituições democráticas e política exterior. Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, p. 265-304, 2000.

LIMA, Maria Regina Soares de. *Relações Internacionais e políticas públicas: contribuição da Análise de Política Externa*. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (Orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 127-53, 2013.

MACAMO, Elísio. (2003), *Da disciplinarização de moçambique: ajustamento estrutural e as estratégias neoliberais de risco*. *Africana Studia*, Nº 6, 2003. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MOÇAMBIQUE. *O ambiente favorável para empresas sustentáveis*. Copyright © International Labour Organization 2019. at: www.ilo.org/publns.

MARTINS, J.R. (2015). Immanuel Wallersteine. *O sistema-mundo: uma teoria ainda atual?* *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales* (V), pp. 95-108. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundouma-teoria-ainda-atual/>.

MASSANGAIE, Arnaldo, Timóteo. *A Política Externa de Moçambique e sua Inserção no processo de Integração Regional na África Austral*. Porto Alegre, Ano 2017.

MILNER, Helen. *International Theories of Cooperation among Nations: Strengths and Weaknesses*. *World Politics*, v. 44, n. 3, p. 466-496, 1992.

MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. *Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de tete*. Desafios para Moçambique 2012.

NEWITT, Malyn. *A history of Mozambique*. London: Hurst, 1995. – XXII, 679 p.
 Descritores: História. Desenvolvimento económico. Colonialismo. Moçambique. Cota: DT3341.N449, 1995. SEG.

NETO, Barnabé Lucas de Oliveira. ((2017): “*Pós-colonialismo e relações internacionais*”, *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, (octubre-diciembre 2017). En línea: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/04/poscolonialismo-relacoes.html>
<http://hdl.handle.net/20.500.11763/cccss1704poscolonialismo-relacoes>

NGUNGA, Armindo; BAVO, Názia N. *Uso e práticas linguísticas em Moçambique: Avaliação da Vitalidade linguística em seis distritos*. Ciedima, 2011.

PAULA, Ronaldo Rodrigues de; DUARTE, Fábio Bonfim; "Diversidade linguística em Moçambique", p. 343 -362. In: Kadila: culturas e ambientes - Diálogos Brasil-Angola. São Paulo: Blucher, 2016.

- PAREDES, Menezes Marçal. *A construção da identidade nacional moçambicana nos pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa*. Vol. 21, Nº 40, Anos 90, Porto Alegre, dezembro de 2014.
- PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R. S. (Org.). *Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012, v. 1, p. 33- 70.
- SÁ, Vladimir. *O envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau com a questão de Timor-Leste (1974-2002) um estudo sobre a diplomacia da libertação a partir da documentação*. disponível no CIDAC, Unilab, 2021.
- SANTOS, Vanicléia Silva. *Brasil e Moçambique nos anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul*. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 277-301, jul./dez. 2014
- SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. *Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos*. Rev. bras. polít. int., Brasília, 2013.
- ZECA, Emílio J. *Notas Sobre Política Externa e Diplomacia de Moçambique: Princípios, Objetivos e Mecanismos de Implementação*. Vol. 2, Nº 05, Ano II, julho -setembro de 2015.